

The logo for Argo, consisting of the word "argo" in a white, lowercase, sans-serif font, positioned in the upper right quadrant of the page. The background is a dark blue gradient with a large, bright green circular graphic on the left side that frames a photograph of a power transmission tower.

argo

Demonstrações Contábeis Regulatórias

**Argo Transmissão
de Energia S.A.**

31 de dezembro de 2025
com Relatório de auditor independente

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Argo Transmissão de Energia S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório de auditor independente

Argo Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações Contábeis Regulatórias

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias.....	1
Relatório de administração	5
Balancos patrimoniais regulatórios	10
Demonstrações dos resultados regulatórias	12
Demonstrações dos resultados abrangentes regulatórias	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido regulatórias	14
Demonstrações dos fluxos de caixa regulatórias	15
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	16



Shape the future
with confidence

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 9º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da
Argo Transmissão de Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Argo Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis regulatórias no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 4.1 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.



Shape the future
with confidence

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório datado em 31 de março de 2025, com opinião sem modificação.

Demonstrações financeiras societárias

A Companhia elaborou um conjunto de demonstrações financeiras societárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente sem modificação, com data de 29 de janeiro de 2026.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.



Shape the future
with confidence

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Shape the future
with confidence

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 9 de abril de 2026.

ERNST & YOUNG s
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O


Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O

Argo Transmissão de Energia S.A.

Relatório de Administração 31 de dezembro de 2025 (4TRI 25)

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2025, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Argo Transmissão de Energia S.A. para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Desempenho Operacional

Argo Transmissão de Energia S.A (Argo I ou Outorgada) atua no segmento de transmissão de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 10 anos de existência. Trata-se da construção, manutenção e operação de 5 trechos de linha de transmissão e 5 subestações 500 kV.

A Argo I é uma subsidiária controlada 100% pela Argo Energia. Atualmente, os acionistas são o Grupo Energía Bogotá – GEB e a Rede Elétrica de Espanha – Redeia, cada um com 50% de participação.

A Outorgada é parte integrante do Sistema Interligado Nacional ("SIN"). O SIN consiste em uma rede de alta tensão cujo objetivo propiciar a transferência de energia entre subsistemas com a integração de geração de energia às concessionárias de distribuição de energia elétrica e consumidores livres. O Brasil detém mais de 171 mil km de linha de transmissão no SIN, atendendo cerca de 98% do mercado brasileiro de energia elétrica.

A RAP da Argo I foi determinada em R\$ 405,0 milhões (valor histórico no Leilão) e atualizada para R\$ 660,9 milhões (valor para o ciclo 2025-2026), com recebimentos mensais, a partir das atualizações monetárias por IPCA.

Contando com 5 subestações e 1.110 km de linhas de transmissão, e tensão de 500 kV, a área de transmissão da Outorgada transporta energia recebida do Sistema Interligado, conforme quadro a seguir:

Linha de Transmissão	Tensão Linha (kV)	Extensão (km)	Estado	Subestação	Tensão Subestação (kV)	Cap. Transformação (MVA)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
LT Bacabeira - Parnaíba III C1	500	297,71	MA/PI	Bacabeira	500	-	07/09/2019	27/06/2046
LT Bacabeira - Parnaíba III C2	500	293,56	MA/PI	Parnaíba III	500	-	07/09/2019	27/06/2046
LT Parnaíba III - Acarau III C1	500	191,56	PI/CE	Acarau III	500	-	07/09/2019	27/06/2046
LT Acarau III - Tianguá II C1	500	157,6	CE	Tianguá II	500	-	07/09/2019	27/06/2046
LT Acarau III - Pecém II	500	169,23	CE	Pecém	500	-	07/09/2019	27/06/2046

Total

1.110

Linha de Transmissão/ Subestação	Propriedade	RAP 2025/2026 (R\$ Mil)	Índice de Correção
LT Acarau - Pecem	100%	75.735	IPCA
LT Acarau - Tiangua	100%	67.038	IPCA
LT Bacabeira- Parnaíba C1	100%	129.925	IPCA
LT Bacabeira- Parnaíba C2	100%	129.925	IPCA
LT Parnaíba - Acarau	100%	87.748	IPCA
SE Acaraú III	100%	26.171	IPCA
SE Bacabeira	100%	34.101	IPCA
SE Parnaíba III	100%	77.299	IPCA
SE Pecem II	100%	6.852	IPCA
SE Tianguá II	100%	26.100	IPCA
RAP Total		660.893	

A tabela a seguir apresenta a projeção da RAP até 2030. A Outorgada conta com reforços já aprovados e em execução, que totalizam um CAPEX de R\$ 63,1 milhões e geram uma RAP adicional de R\$ 8,3 milhões.

RAP (RS Mil)	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
SE Acaraú III	45.710	47.830	49.069	49.069	49.069	49.069	49.069
SE Bacabeira	52.149	54.567	55.981	55.981	55.981	55.981	55.981
LT Acarau - Pecem	52.282	54.705	56.123	56.123	56.123	56.123	56.123
LT Acarau - Tiangua	48.709	50.968	52.288	52.288	52.288	52.288	52.288
LT Bacabeira- Parnaíba	201.300	210.633	216.090	216.090	216.090	216.090	216.090
LT Parnaíba - Acarau	61.780	64.645	70.484	77.424	77.424	77.424	77.424
SE Parnaíba III	102.408	107.156	109.932	109.932	109.932	109.932	109.932
SE Pecem II	16.190	16.941	17.380	17.380	17.380	17.380	17.380
SE Tianguá II	35.129	36.757	37.710	37.710	37.710	37.710	37.710
RAP Total	615.658	644.201	665.057	671.997	671.997	671.997	671.997

Inovação

A inovação é um pilar essencial da estratégia de crescimento sustentável da Outorgada e as iniciativas do programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) contribuem para a evolução do setor elétrico brasileiro.

Para a execução do portfólio de PDI até 2028, a atuação da Argo I abrange desde o desenvolvimento de sistemas computacionais inteligentes até a aplicação de metodologias experimentais avançadas com vistas à resiliência do grid, posicionando-nos na vanguarda da inovação setorial.

Além disso, fomentamos internamente uma cultura de inovação, incentivando nossas equipes a propor ideias e soluções por meio de iniciativas voltadas à melhoria contínua, ao aperfeiçoamento dos processos e à transformação digital.

O portfólio de projetos da Argo I está alinhado às diretrizes do Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) regulamentado e fiscalizado pela Agência Nacional de Energia

Elétrica – ANEEL, abordando temas estratégicos como resiliência das redes, transição energética, adaptação a eventos climáticos extremos e transformação digital:

Projeto	Próprio ou Cooperado ¹	Data de início	Data conclusão	Baixar
VIVO	Próprio	ago/22	out/25	Ver arquivo
Corrosividade	Próprio	set/22	nov/26	Ver arquivo
Teleassistência SE's (robô)	Próprio	set/23	set/26	Ver arquivo
Análise de Óleo Isolante	Próprio	nov/23	nov/26	Ver arquivo
Isoladores	Próprio	mai/20	abr/25	Ver arquivo
Capacidade de Mercado	Cooperado ABRATE	set/22	set/24	Ver arquivo

¹ Projeto próprio: Projeto cooperado entre empresas do Grupo Argo;

Projeto Cooperado ABRATE: Projeto estratégico setorial onde participamos como empresa cooperada e gestão do Instituto Abrate;

Tecnologia da informação

O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma Outorgada de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Outorgada faz, mediante sistemas de informação (software), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Em 2025, foi implementado um projeto de melhoria da rede operativa em todas as subestações de Argo I, com o objetivo de ampliar a disponibilidade dos ativos para o COS. As atividades tiveram início em outubro de 2024 e foram concluídas em março de 2025.

Desempenho Econômico-Financeiro

Receita Operacional Líquida

No acumulado de 2025, a Receita Operacional Líquida totalizou R\$ 635,0 milhões, representando um aumento de 6,1% frente ao resultado de 2024 (R\$ 598,3 milhões).

A linha de Uso de Rede Elétrica de Transmissão somou R\$ 704,4 milhões, frente aos R\$ 662,2 milhões registrados em 2024, refletindo, sobretudo, o efeito no ano corrente da remuneração dos reforços que entraram em operação ao longo de 2024, fator que compensou o impacto do IPCA mais baixo em 2025.

Receita Operacional Líquida (em Milhares de reais)	2025	2024	Δ%
Uso de Rede Elétrica de Transmissão	704.369	662.181	6,4%
Receita Despacho 1844/17	-	-	n.a.
Encargos Regulatórios e Outras Deduções	(69.393)	(63.841)	8,7%
Total	634.976	598.340	6,1%

Custos e Despesas

No acumulado de 2025, houve um crescimento de 10,2% em relação a 2024, impulsionado principalmente pelas seguintes variações: (i) acréscimo de 29,8% em serviços de terceiros, refletindo o reajuste aplicado aos contratos de O&M, além da ocorrência de despesas administrativas não recorrentes; (ii) aumento de 12,8% na linha de pessoal, decorrente de maiores despesas relacionadas à otimização da cultura organizacional e dos processos corporativos da Outorgada e (iii) elevação de 4,3% em depreciação e amortização, em função da entrada em operação de novos reforços.

Custos e Despesas (em Milhares de reais)	2025	2024	Δ%
Serviços de terceiros	(22.655)	(17.456)	29,8%
Pessoal	(32.673)	(28.975)	12,8%
Depreciação e amortização	(67.918)	(65.128)	4,3%
Outros	(3.961)	(3.914)	1,2%
Total	(127.207)	(115.473)	10,2%

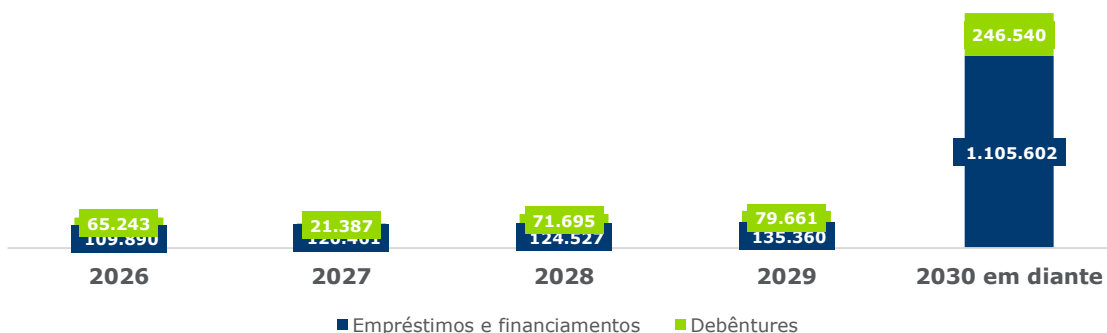
Endividamento

Em dezembro de 2025, a dívida líquida da Outorgada totalizou R\$ 1,841 bilhão, uma redução de 7,0% em relação a dezembro de 2024 (R\$ 1,980 bilhão) decorrente ao fluxo normal de amortização das operações financeiras.

As dívidas financeiras estão distribuídas da seguinte forma: 91,6% (R\$ 1,905 bilhão) no longo prazo e 8,4% (R\$ 175,1 milhões) no curto prazo. Quanto à alocação por indexador, 81,7% dos títulos estão atrelados ao TJLP e 18,3% estão vinculados ao IPCA ambos somados as taxas pré-fixadas.

Endividamento (em Milhares de reais)	Dez/25	Dez/24	Δ%
Empréstimos e financiamentos	1.595.840	1.646.182	-3,1%
Debêntures	484.526	523.397	-7,4%
Dívida Bruta	2.080.366	2.169.579	-4,1%
Caixa e Aplicações Financeiras	(239.122)	(189.089)	26,5%
Dívida Líquida	1.841.244	1.980.490	-7,0%

Segue abaixo cronograma de amortização por ano.



EBITDA e Margem EBITDA

No acumulado de 2025, a Argo I registrou Lucro Líquido de R\$ 261,2 milhões, aumento de 4,6% em relação à 2024 (R\$ 249,7 milhões).

O resultado financeiro foi de R\$ 227,3 milhões, um aumento de 6,2% em comparação à 2024 (R\$ 214,1 milhões). Esse desempenho é explicado principalmente pela elevação da TJLP (8,66% em 2025 x 6,88% em 2024), cujo impacto sobre as despesas financeiras superou a redução associada ao menor índice de IPCA no ano vigente (4,83% em 2024 x 4,26% em 2025).

A linha de IRPJ / CSLL apresentou variação de 1,6%, totalizando R\$ 20,1 milhões em 2025, frente a R\$ 19,8 milhões em 2024.

O EBITDA totalizou R\$ 576,5 milhões, com margem de 90,8%, o que corresponde a um aumento de 5,1% frente a 2024.

EBITDA (em Milhares de reais)	2025	2024	Δ%
Lucro Líquido	261.191	249.666	4,6%
IRPJ / CSLL	20.101	19.782	1,6%
Resultado Financeiro	227.335	214.133	6,2%
Depreciação / amortização	67.918	65.128	4,3%
EBITDA	576.545	548.709	5,1%
Margem EBITDA	90,8%	91,7%	-0,9%

Argo Transmissão de Energia S.A.

Balancos patrimoniais regulatórios
31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	101.185	20.581
Títulos e valores mobiliários	7	10.801	36.422
Concessionárias e permissionárias	8	64.319	82.608
Imposto de renda e contribuição social a compensar		6.010	5.919
Outros tributos a compensar		573	554
Partes relacionadas	16	3.949	4.921
Outros ativos		15.521	11.454
Total do ativo circulante		202.358	162.459
Não circulante			
Realizável a longo prazo		224.963	192.768
Fundos vinculados - caixa restrito	7	127.136	132.086
Concessionárias e permissionárias	8	30.408	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	54.345	54.345
Almoxarifado		12.793	-
Outros ativos		281	6.337
Imobilizado	9	1.846.581	1.905.651
Intangível	10	25.582	23.740
Total do ativo não circulante		2.097.126	2.122.159
Total do ativo		2.299.484	2.284.618

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		9.996	6.315
Encargos sociais e trabalhistas		19.826	17.661
Obrigações tributárias		11.499	10.799
Obrigações regulatórias	11	5.910	8.966
Dividendos a pagar	16	3.185	3.317
Empréstimos e financiamentos	12	109.890	98.316
Debêntures	13	65.243	60.612
Partes relacionadas	16	2	-
Provisões		1.037	338
Outros passivos	14	43.185	29.861
Total do passivo circulante		269.773	236.185
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	1.485.950	1.547.866
Debêntures	13	419.283	462.785
Provisões		4.178	6.955
Contingências	15	667	252
Outros passivos	14	2.847	1.411
Total do passivo não circulante		1.912.925	2.019.269
Patrimônio líquido			
Capital social	17	499.811	499.811
Reserva de lucros		1.593.442	1.498.862
Prejuízos acumulados		(2.115.940)	(2.002.168)
Dividendos adicionais propostos		139.473	32.659
Total do patrimônio líquido		116.786	29.164
Total do passivo e patrimônio líquido		2.299.484	2.284.618

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Argo Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Operação em continuidade			
Disponibilização do sistema de transmissão		704.370	662.181
Receita Bruta	18	704.370	662.181
Tributos			
(-) PIS sobre faturamento	18	(10.810)	(9.904)
(-) COFINS sobre faturamento	18	(49.792)	(45.619)
Encargos – Parcela “A”			
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(2.540)	(2.392)
FNDCT		(2.540)	(2.393)
MME		(1.270)	(1.197)
TFSEE		(2.441)	(2.336)
Receita Líquida		634.977	598.340
Custos grenciáveis – Parcela “B”			
Serviços de terceiros	19	(22.655)	(17.456)
Materiais	19	(468)	(1.079)
Arrendamentos e aluguéis	19	(801)	(890)
Pessoal e administradores	19	(32.673)	(28.975)
Tributos	19	(224)	(166)
Provisão para contingência	19	(610)	(387)
Seguros	19	(604)	(563)
Depreciação e amortização	19	(67.918)	(65.128)
Outros gastos operacionais	19	(1.254)	(829)
Outras receitas operacionais		857	714
Resultado da atividade		508.627	483.581
Lucro operacional antes do resultado financeiro		508.627	483.581
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	20	32.047	30.949
Despesas financeiras	20	(259.382)	(245.082)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		281.292	269.448
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	21	(20.101)	(14.617)
Diferido	21	-	(5.165)
Lucro líquido do exercício		261.191	249.666

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Argo Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes regulatórias

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	261.191	249.666
Resultado abrangente total do exercício	261.191	249.666

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Argo Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido regulatórias
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social		Reservas			Prejuízos acumulados		Total
		Subscrito e integralizado	Legal	Retenção de Lucros	Incentivos fiscais	Dividendos adicionais propostos	Valores excedentes da contabilidade societária	Resultado regulatório	
Saldos em 31 de dezembro de 2023		499.811	99.962	1.047.919	134.617	104.999	(1.863.788)	-	23.520
Lucro líquido do exercício	21	-	-	-	-	-	-	249.666	249.666
Constituição de reserva de incentivos fiscais	17	-	-	-	56.367	-	-	(56.367)	-
Constituição de reserva de lucros	17	-	-	328.362	-	-	-	(328.362)	-
Constituição de reserva com reversão de adicionais propostos		-	-	72.340	-	(72.340)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(3.317)	(3.317)
Dividendos intermediários aprovados		-	-	(240.705)	-	-	-	-	(240.705)
Proventos excedentes da contabilidade societária		-	-	-	-	-	(138.380)	138.380	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		499.811	99.962	1.207.916	190.984	32.659	(2.002.168)	-	29.164
Lucro líquido do exercício	21	-	-	-	-	-	-	261.191	261.191
Constituição de reserva de incentivos fiscais	17	-	-	-	56.512	-	-	(56.512)	-
Constituição de reserva de lucros	17	-	-	208.452	-	-	-	(208.452)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17	-	-	-	-	-	-	(3.185)	(3.185)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	106.814	-	(106.814)	-
Dividendos adicionais aprovados	17	-	-	(170.384)	-	-	-	-	(170.384)
Proventos excedentes da contabilidade societária		-	-	-	-	-	(113.772)	113.772	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		499.811	99.962	1.245.984	247.496	139.473	(2.115.940)	-	116.786

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Argo Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa regulatórias Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		261.191	249.666
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	-	5.165
Imposto de renda e contribuição social correntes	24	20.101	14.617
Receitas de aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários	23	(32.541)	(31.850)
Provisões para contingências	18	415	(290)
Perda na baixa de imobilizados e intangíveis	8 e 9	1.213	-
Depreciação e amortização	8 e 9	67.918	65.127
Provisões de Bônus e PLR	10	(840)	-
Juros e variação monetária sobre empréstimos	13	187.767	165.357
Juros e variação monetária sobre debêntures	14	58.763	66.421
Amortização dos custos de transação – empréstimos e debêntures	13 e 14	10.936	10.935
Caixa consumido pelas operações		574.923	545.148
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Concessionárias e permissionárias	6	(12.119)	(11.006)
Imposto de renda e contribuição social a compensar		(735)	(424)
Outros tributos a compensar		(19)	(180)
Partes relacionadas	19	972	(1.054)
Almoxarifado		(12.793)	-
Outros ativos		1.989	(3.590)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		3.681	3.881
Encargos sociais e trabalhistas	10	3.005	(2.188)
Obrigações tributárias	11	700	(473)
Obrigações regulatórias	12	(3.056)	616
Partes relacionadas	19	2	(6)
Provisões	15	(2.078)	(2.322)
Outros passivos		14.759	4.710
Imposto de renda e contribuição social pagos		(19.457)	(14.683)
Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais		549.774	518.429
Atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível	8 e 9	(11.901)	(12.515)
Aplicação em títulos e valores mobiliários		(492.313)	(387.064)
Resgates em títulos e valores mobiliários		532.066	590.185
Fluxo de caixa líquido originado das atividades de investimento		27.852	190.606
Atividades de financiamento			
Pagamento de principal de empréstimos	13	(103.978)	(94.073)
Pagamento de principal de debêntures	14	(54.597)	(51.959)
Pagamento de juros de empréstimos	13	(144.702)	(150.521)
Pagamento de juros de debêntures	13	(43.402)	(57.653)
Aplicações em fundos vinculados - caixa restrito		(94.667)	(172.176)
Resgates em fundos vinculados - caixa restrito		118.025	152.716
Dividendos pagos	20	(173.701)	(336.000)
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		(497.022)	(709.666)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		80.604	(631)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	101.185	20.581
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	20.581	21.212
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		80.604	(631)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Argo Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais – R\$, exceto se de outra forma mencionado)

1 Informações gerais

1.1 Objeto social

A Argo Transmissão de Energia S.A. ("Argo I" ou "Companhia") é uma sociedade anônima, listada como categoria "B" na Bolsa de Valores de São Paulo ("B3") e registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, domiciliada na Rua Tabapuã, 841 - 5º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e foi constituída em 23 de março de 2016.

A Companhia tem por objeto a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante a implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, vinculada ao MME - Ministério de Minas e Energia.

De forma integral, seu capital pertence à holding Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A.

1.2 Concessão

Em 13 de abril de 2016, o Consórcio Transmissão do Brasil, formado pela FTRSPE 3 Empreendimentos e Participações S.A. (1%) e Pátria Infraestrutura III - FIP (99%), foi declarado vencedor do Leilão Público nº 013/2015, realizado na Bolsa de Valores de São Paulo, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente à linha de transmissão Bacabeira - Tianguá - Pecém. A homologação foi publicada no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2016.

Em 27 de junho de 2016, a Argo assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Contrato de Concessão nº 09/2016, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para construção, implementação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pelas linhas de transmissão:

- LT 500 Kv Bacabeira - Parnaíba III C1 e C2, circuito simples, com aproximadamente 312 km cada;
- LT 500Kv Parnaíba III - Acaraú III, circuito simples, com aproximadamente 191 km;
- LT 500Kv Acaraú III - Pecém II, circuito simples, com aproximadamente 161 km;
- LT 500 Kv Acaraú III - Tianguá II, circuito simples, com aproximadamente

150 km;

- Subestação Bacabeira 500 Kv;
- Subestação Paranaíba III 500 Kv e Compensador Estático (-150/300) Mvar;
- Subestação Acaraú II 500 Kv;
- Subestação Tianguá II 500 Kv;
- e respectivas entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A Argo I tem um investimento total de aproximadamente R\$ 2.230.000. A Receita Anual Permitida - (RAP) foi determinada em R\$ 404.961 (valor histórico) na data do leilão e atualizada para R\$ 660.892 (valor para o ciclo 2025-2026) conforme resolução homologatória número 3.475, de 17 de junho de 2025, com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Argo I.

Em 14 de maio de 2019, obteve a Licença de Operação nº 1517/2019 (5027595), emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA"), para a Linha de Transmissão 500 kV Bacabeira - Pecém II, referente ao Lote A do Leilão ANEEL nº 13/2015, Contrato de Concessão nº 09/2016 - ANEEL.

A Licença de Operação corresponde à autorização do IBAMA para a operação do empreendimento ou da atividade, após verificar o cumprimento do que consta nas licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e as condições determinadas para a operação.

Em 7 de setembro de 2019, a Companhia disponibilizou seus ativos para operação parcial, dessa forma, antecipando parcialmente o início de recebimento da RAP em cerca de 21 meses, e em dezembro de 2019 entrou totalmente em operação. A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras, geradoras e grandes consumidores) está garantida contratualmente, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

Devido a necessidade de expansão do sistema de transmissão, a ANEEL autorizou a implementação de reforços através das Resolução Autorizativa:

DSP nº 2940/2022 de 11 de outubro de 2022

Esse sistema terá como objetivo limitar a sobrecarga nos elementos do sistema de transmissão aos níveis de suas máximas capacidades de sobrecarga em emergência, bem como evitar a perda de sincronismo entre as regiões Norte, Nordeste e Sudeste, quando de contingências nas linhas de transmissão de 500 kV que compõem as interligações entre essas regiões.

Implementação do Sistema Especial de Proteção SEP N-NE-SE, para atender a SE Acaraú III, SE Bacabeira, SE Parnaíba III e SE Tinguá II.com investimento previsto de R\$ 12.384 e Receita Anual Prevista de R\$ 2.158.

Além disso, o mesmo despacho aprovou o projeto de melhoria na SE Bacabeira sem RAP associada.

Implementação do Sistema Especial de Proteção SEP N-NE-SE, contemplando as seguintes instalações: 2 IEDs (UPP/UPA), para atendimento a ambos os circuitos da LT 500 kV Bacabeira - Parnaíba III C1/C2; um painel dedicado e 1 GPS para sincronismo; 2 firewalls; 2 amplificadores ópticos, para atendimento às LTs 500 kV Bacabeira - Parnaíba III C1/C2; 2 switches na rede PRP e 1 Red Box para conectar ao SAGE.

Em 30 de agosto de 2024, foi emitido o Termo de Liberação Definitivo (TLD) para a operação do projeto de implementação do Sistema Especial de Proteção (SEP) N-NESE, contemplando a realização de serviços e a inclusão de módulos e licenças MPLS-TP ao sistema de transmissão, necessários para o estabelecimento da comunicação da rota A. O projeto incluiu ainda a instalação de duas unidades de amplificadores ópticos para atendimento às linhas de transmissão (LTs) 500 kV Parnaíba III – Acaraú III e Acaraú III – Tinguá II, bem como a instalação de três unidades adicionais de amplificadores ópticos para atendimento às LTs 500 kV Bacabeira – Parnaíba III C1/C2 e Parnaíba III – Acaraú III. Também foram instalados dois firewalls, além da implantação de um sistema de monitoramento e gerenciamento da rede WAN, LAN e seus elementos, com a devida adequação do sistema de transmissão digital de dados SDH por meio da inclusão dos respectivos módulos e licenças MPLS-TP, garantindo, assim, os links de comunicação necessários à operação da rota A.

1.3 Capital circulante líquido (CCL)

A Companhia apresentou no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o montante de capital circulante líquido negativo de R\$ 67.415 (R\$ 73.726 em 31 de dezembro de 2024). Destacam-se como principais fatores para este cenário a aprovação de distribuição de dividendos adicionais pagos em 2025 e que reduziram o saldo de aplicações financeiras da Companhia para o exercício, além da reclassificação para o realizável a longo prazo de parte dos saldos de contas a receber de concessionárias e permissionárias devido a perspectiva de recebimento. Dentro deste contexto, seguindo o planejamento financeiro da Companhia, considerando o recebimento da receita pela disponibilização do sistema de transmissão a Companhia entende que possui liquidez satisfatória, e ressalta que conta com disponibilidade de linhas de crédito junto as instituições financeiras para honrar seus compromissos de curto prazo, se necessário.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2 Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

A prestação do serviço público de transmissão é uma atividade regulada, concedida de acordo com os contratos de concessão de transmissão, feita por linhas e subestações que integram a rede básica.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica.

As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas – RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado pelo Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

As concessionárias deverão manter o controle segregado, em registros auxiliares, dos bens relativos à conexão daqueles relacionados às demais instalações de transmissão.

3 Licenças Ambientais

O órgão responsável pelo licenciamento ambiental da ARGO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A é o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA).

A Argo obteve a respectiva licença ambiental requerida para a operação da Linha de Transmissão 500 kV Bacabeira - Pecém II e Instalações Associadas:

- Licença de Operação nº 1517/2019, obtida em 10/05 de 2019 e válida por 10 anos.

Adicionalmente, para obtenção e manutenção da licença, é necessário autorizações e anuências específicas de diversos órgãos intervenientes.

4 Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

4.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 933 de 18 de maio de 2021. As Demonstrações Contábeis Regulatórias são separadas das Demonstrações Financeiras Societárias da outorgada, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo "IASB – International Accounting Standards Board".

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e as demonstrações contábeis regulatórias, uma vez que o MCSE especifica um tratamento ou divulgação alternativa para certos aspectos. As diferenças para as práticas contábeis do MCSE e as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo "IASB – International Accounting Standards Board" estão descritas na nota explicativa nº 24.

As emissões das demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas e autorizadas pela Diretoria em 09 de abril de 2026.

As demonstrações contábeis regulatórias estão expressas em milhares de reais (R\$), arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

4.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo (títulos e valores mobiliários e fundos vinculados - caixa restrito), conforme descrito nas políticas contábeis materiais. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

4.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações contábeis regulatórias estão expressas em milhares de reais (R\$), arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

4.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas estão descritas a seguir:

- (a) **Avaliação de instrumentos financeiros:** são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 22 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.
- (b) **Depreciação de ativos imobilizados:** itens do ativo imobilizado operacional e administrativo são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso. As taxas anuais de depreciação estão determinadas no Manual de Controle Patrimonial emitido por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015.
- (c) **Amortização de ativos intangíveis:** a amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.
- (d) **Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos:** são registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos quando aplicável, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados no parágrafo anterior, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra o quais serão utilizados.

- (e) **Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis:** a Companhia constitui provisões, quando aplicável, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

A Companhia, também, constitui provisão com base nos relatórios dos seus consultores jurídicos para processos nas esferas trabalhista, cível, fiscal e/ou ambiental quando a expectativa de perda é provável, e a Companhia consta como ré do processo.

5 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias, salvo indicação ao contrário.

5.1 Caixa e equivalente de caixa

Incluem o caixa, as contas correntes bancárias e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

5.2 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

a. **Ativos financeiros**

O contas a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Na análise para classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

- **Custo amortizado:** Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se eles constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixas contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se eles constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** Se a Companhia possui o ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou somente instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

c. **Classificação dos instrumentos financeiros**

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros é conforme segue:

Ativo/Passivo Financeiro	Classificação
Conta corrente bancária	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo através do resultado
Partes relacionadas	Custo amortizado
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado
Fundo vinculado – caixa restrito	Valor justo através do resultado
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado
Debêntures	Custo amortizado

5.3 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui a dedução de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificados indicativos de redução do valor recuperável (*impairment*) dos ativos.

A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo de vida útil-econômica estimado dos bens.

Reconhecimento e mensuração – Itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante do funcionamento de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não depreciados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

5.4 Ativos intangíveis

Reconhecimento e mensuração – registrado ao custo de aquisição ou construção. Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do intangível), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

5.5 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

5.6 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso ou ressarcimento.

5.6.1 Contingência Passiva

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5.7 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável anual. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais, sobre os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, quando for provável a realização com lucros tributáveis futuros.

O saldo dos impostos diferidos ativo é revisado no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Benefício fiscal - Lucro da exploração

Devido ao fato de sua linha de transmissão e conseqüentemente operação estar situada na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, a Companhia possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a atividade de transmissão de energia. A dedução do incentivo é reconhecida no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido. O período de fruição ao direito do benefício fiscal é de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2029.

Em virtude do benefício concedido, a Companhia possui algumas obrigações dentre as quais destacamos: (i) cumprir a legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente; (ii) aplicação do valor da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à operação na área de atuação da SUDENE; (iii) constituição de reserva de lucros com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social; (iv) proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis; e (v) apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente ao exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria.

Benefício fiscal – Lei do Bem

Devido ao fato de a Companhia realizar investimentos em projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) com o objetivo de gerar inovação tecnológica no setor elétrico e por ser optante do regime de Lucro Real, conforme definido na Lei 11.196/2005 a Argo I obteve o direito ao benefício da redução na alíquota de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro líquido considerando o percentual definido na lei para os dispêndios em atividades de PD&I.

5.8 Patrimônio líquido

As ações ordinárias são classificadas como instrumentos financeiros de patrimônio, portanto são apresentadas no patrimônio líquido.

5.9 Demonstrações dos fluxos de caixa (“DFC”)

Elaborada pelo método indireto e apresentadas de acordo com o Manual Contábil do Setor Elétrico.

A Companhia classifica os juros pagos de empréstimos e debêntures como atividade de financiamento por entender que os juros representam custos para obtenção de seus recursos financeiros. A Companhia também, entende que os fundos vinculados são originários das captações e estão diretamente relacionados aos contratos de endividamento e, portanto, classificados como atividade de financiamento.

5.10 Reconhecimento de receita

A receita de disponibilização do sistema de transmissão é reconhecida mensalmente na fase operacional, com base no valor da receita anual permitida – RAP. A Companhia realiza atividades de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato do Uso do Sistema de Transmissão – CUST, que estabelece os termos e as condições que regulam a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Desta forma, a Companhia não tem influência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso, definição essa de inteira responsabilidade do ONS.

A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Desta forma a receita é reconhecida mediante a disponibilização do sistema de transmissão.

5.11 Redução ao valor recuperável (“impairment”)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

A Companhia não identificou perdas (“impairment”) a serem reconhecidos no exercício apresentado.

5.12 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e perdas reconhecidas por redução ao valor recuperável aos ativos financeiros, quando aplicável.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa	1	1
Conta corrente bancária	20.992	20.580
Aplicações financeiras (*)	80.192	-
Total	101.185	20.581

(*) Aplicações financeiras que representam investimentos em CDB, referenciado na variação do CDI, com remuneração média de 100,38% do CDI em 31 de dezembro de 2025.

7 Títulos e valores mobiliários

7.1 Circulante

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Aplicação compromissada	36	-
Fundos de investimento	10.765	36.422
Total	10.801	36.422

(*) Aplicações financeiras que representam investimentos em títulos mobiliários, referenciado à variação do CDI, com remuneração média de 100,54% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (103,63% do CDI em 31 de dezembro de 2024). A carteira do Fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

7.2 Fundos vinculados - caixa restrito

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Conta reserva (**)	127.136	132.086
Total	127.136	132.086

(**) Para fins de garantia da operação da 1ª emissão de debêntures e pagamento do financiamento com o BNDES, a Companhia precisa manter recursos nas contas denominadas como "conta reserva". Em 31 de dezembro de 2025, os recursos estão aplicados em fundos de investimentos de renda fixa no Banco Bradesco com remuneração média de 97,97% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (91,62% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

8 Concessionárias e permissionárias

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Encargos de Uso de Rede Elétrica	94.727	82.608
Total	94.727	82.608

Classificados como:		
Circulante	64.319	82.608
Não circulante (*)	30.408	-

(*) O montante de R\$ 30.408 classificado no ativo não circulante, está relacionado à títulos vencidos cuja cobrança está suspensa devido a liminar em processo judicial ou clientes em recuperação judicial. Além disso, esse montante contempla também companhias inadimplentes em relação ao faturamento na multa rescisória do contrato de uso do sistema e transmissão (CUST) cuja cobrança está sendo realizada de acordo com o estabelecido na REN 1.125/2025 da ANEEL. O saldo comparativo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 18.112.

A Companhia não contabiliza provisão para perdas de crédito esperadas, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores de seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

Descrição	Valores Correntes						31/12/2025	31/12/2024
	Correntes a vencer		Correntes a vencer					
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Encargos de Uso de Rede Elétrica	58.897	-	5.120	2.604	3.232	24.874	94.727	82.608
	58.897	-	5.120	2.604	3.232	24.874	94.727	82.608

9 Imobilizado

A movimentação do imobilizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 está representada no quadro abaixo:

Ativo Imobilizado em serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2025	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 31/12/2025	Valor líquido em 31/12/2024
Transmissão	2.199.898	-	(168)	13.055	2.212.785	12.887	(398.386)	1.814.399	1.866.283
Terrenos	594	-	-	-	594	-	-	594	594
Edificações, obras civis e benfeitorias	174	-	-	-	174	-	(25)	149	156
Máquinas e equipamentos	2.199.130	-	168	13.055	2.212.017	12.887	(398.361)	1.813.656	1.865.533
Administração	25.174	-	(1.020)	37	24.191	(983)	(12.125)	12.066	15.417
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.510	-	(20)	-	1.490	(20)	(313)	1.177	1.379
Máquinas e equipamentos	18.988	-	(253)	37	18.772	(216)	(8.639)	10.133	11.985
Veículos	3.279	-	(630)	-	2.649	(630)	(2.649)	-	1.074
Móveis e utensílios	1.397	-	(117)	-	1.280	(117)	(524)	756	979
Subtotal	2.225.072	-	(1.188)	13.092	2.236.976	11.904	(410.511)	1.826.465	1.881.700
Ativo Imobilizado em curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2025	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 31/12/2025	Valor líquido em 31/12/2024
Transmissão	23.664	8.873	-	(13.092)	19.445	(4.219)	-	19.445	23.664
Máquinas e equipamentos	9.189	3.511	-	(8.674)	4.026	(5.163)	-	4.026	9.189
Outros	14.475	5.362	-	(4.418)	15.419	944	-	15.419	14.475
Administração	287	384	-	-	671	384	-	671	287
Máquinas e equipamentos	287	384	-	-	671	384	-	671	287
Subtotal	23.951	9.257	-	(13.092)	20.116	(3.835)	-	20.116	23.951
Total do ativo imobilizado	2.249.023	9.257	-	-	2.257.092	8.069	(410.511)	1.846.581	1.905.651

Ativo Imobilizado em serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 31/12/2024	Valor líquido em 31/12/2023
Transmissão	2.199.883	-	-	15	2.199.898	15	(333.615)	1.866.283	1.928.039
Terrenos	594	-	-	-	594	-	-	594	594
Edificações, obras civis e benfeitorias	174	-	-	-	174	-	(18)	156	161
Máquinas e equipamentos	2.199.115	-	-	15	2.199.130	15	(333.597)	1.865.533	1.927.284
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	24.950	-	-	224	25.174	224	(9.757)	15.417	17.582
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.510	-	-	-	1.510	-	(131)	1.379	1.432
Máquinas e equipamentos	18.764	-	-	224	18.988	224	(7.003)	11.985	13.537
Veículos	3.279	-	-	-	3.279	-	(2.205)	1.074	1.541
Móveis e utensílios	1.397	-	-	-	1.397	-	(418)	979	1.072
Subtotal	2.224.833	-	-	239	2.225.072	239	(343.372)	1.881.700	1.945.621
Ativo Imobilizado em curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 31/12/2024	Valor líquido em 31/12/2023
Transmissão	14.305	10.223	-	(864)	23.664	9.359	-	23.664	14.305
Máquinas e equipamentos	-	10.053	-	(864)	9.189	9.189	-	9.189	-
Outros	14.305	170	-	-	14.475	170	-	14.475	14.305
Administração	-	287	-	-	287	287	-	287	-
Máquinas e equipamentos	-	287	-	-	287	287	-	287	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	14.305	10.510	-	(864)	23.951	9.646	-	23.951	14.305
Total do ativo imobilizado	2.239.138	10.510	-	(625)	2.249.023	9.885	(343.372)	1.905.651	1.959.926

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado	Material/ Equipamentos	Serviços de terceiros	Outros	Mão de Obra	Total
Máquinas e equipamentos	3.472	181	242	-	3.895
Outros imobilizados	-	3.301	1.834	227	5.362
Total das Adições	3.472	3.482	2.076	227	9.257

As principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Adições – Imobilizado em serviço	
Descrição do Bem	em R\$ Mil
1. Sistema de alimentação de energia	150
2. Sistema de ar condicionado	12

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674/15, são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Condutor do sistema	2,70%
Equipamento geral	6,25%
Estrutura do sistema	2,70%
Religadores	4,00%
Barramento	2,55%
Transformador	3,33%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 691/2015, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

10 Intangível

A movimentação do ativo intangível para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 está representada no quadro abaixo:

Ativo Intangível em serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2025	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2025	Valor líquido em 31/12/2024
Transmissão	14.703	-	-	-	14.703	-	(98)	14.605	14.628
Servidões	14.574	-	-	-	14.574	-	-	14.574	14.574
Softwares	129	-	-	-	129	-	(98)	31	54
Administração	4.780	-	(25)	-	4.755	(25)	(3.009)	1.746	2.527
Softwares	4.780	-	(25)	-	4.755	(25)	(3.009)	1.746	2.527
Subtotal	19.483	-	(25)	-	19.458	(25)	(3.107)	16.351	17.155

Ativo Intangível em curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2025	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2025	Valor líquido em 31/12/2024
Transmissão	6.585	598	-	(1.102)	6.081	(504)	-	6.081	6.585
Softwares	-	44	-	-	44	44	-	44	-
Outros	6.585	554	-	(1.102)	6.037	(548)	-	6.037	6.585
Administração	-	2.048	-	1.102	3.150	3.150	-	3.150	-
Softwares	-	2.048	-	1.102	3.150	3.150	-	3.150	-
Subtotal	6.585	2.646	-	-	9.231	2.646	-	9.231	6.585
Total do ativo Intangível	26.068	2.646	(25)	-	28.689	2.621	(3.107)	25.582	23.740

Ativo Intangível em serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2024	Valor líquido em 31/12/2023
Transmissão	14.703	-	-	-	14.703	-	(75)	14.628	14.660
Servidões	14.574	-	-	-	14.574	-	-	14.574	14.574
Softwares	129	-	-	-	129	-	(75)	54	86
Administração	4.155	-	-	625	4.780	625	(2.253)	2.527	2.837
Softwares	4.155	-	-	625	4.780	625	(2.253)	2.527	2.837
Subtotal	18.858	-	-	625	19.483	625	(2.328)	17.155	17.497

Ativo Intangível em curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições Líquidas = (A) - (B) + (C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2024	Valor líquido em 31/12/2023
Transmissão	4.580	2.005	-	-	6.585	2.005	-	6.585	8.590
Outros	4.580	2.005	-	-	6.585	2.005	-	6.585	8.590
Subtotal	4.580	2.005	-	-	6.585	2.005		13.170	8.590
Total do ativo Intangível	23.438	2.005	-	625	26.068	2.630	(2.328)	23.740	26.087

11 Obrigações regulatórias

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Obrigações a pagar de P&D	5.312	8.403
Encargos regulatórios a recolher (*)	598	563
Total	<u>5.910</u>	<u>8.966</u>

(*) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei. Sendo eles: taxa de fiscalização, conta de desenvolvimento energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica e FINEP - Financiadora de estudos e projetos.

12 Empréstimos e financiamentos

A composição dos empréstimos e financiamentos da Companhia é como segue:

Juros - curto prazo	Principal - curto prazo	Principal - longo prazo	Saldo total em 31/12/2025
5.901	103.989	1.485.950	1.595.840

A movimentação dos empréstimos e financiamentos da Companhia é como segue:

Instituição financeira	BNDES
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.714.848
Juros e variação monetária	165.357
Pagamentos Principal	(94.073)
Pagamentos Juros	(150.521)
Custo de transação	10.571
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.646.182
Juros e variação monetária	187.767
Pagamentos Principal	(103.978)
Pagamentos Juros	(144.702)
Custo de transação	10.571
Saldo em 30 de dezembro de 2025	1.595.840

Classificados como:	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	109.890	98.316
Não Circulante	1.485.950	1.547.866

Em 9 de abril de 2018, a Argo I firmou contrato de financiamento com o BNDES, no montante total de R\$ 1.543.357, para a implantação das instalações de transmissão de energia elétrica. O contrato de financiamento será remunerado com juros de 2,70% ao ano, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) prestações mensais e sucessivas e a amortização iniciou em 15 de dezembro de 2021, e sua liquidação está prevista em 15 de novembro de 2035.

Instituição financeira	Data da captação	Tipo de garantia	Indexador ou juros	Spread (a.a.)	Data próximo pgto juros	Frequência pgto juros	Data próxima amortização	Vencimento final	Frequência amortização	Sistemática amortização
BNDES	28/05/2018	Fiança	TJLP	2,70%	15/05/2026	Mensal	15/05/2026	15/11/2035	Mensal	Price

Vencimento das parcelas

Em 31 de dezembro de 2025, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	<u>31/12/2025</u>
2027	120.461
2028	124.527
2029	135.360
2030 em diante	<u>1.105.602</u>
Total	<u>1.485.950</u>

Garantias

Garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo I;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.
- Conta reserva do serviço da dívida preenchida com recursos no valor equivalente a três vezes o valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas a índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, a verificação é realizada a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,2 (um inteiro e dois décimos).

A Companhia realiza o acompanhamento das cláusulas restritivas previstas no contrato de financiamento e atendeu aos dispositivos contratuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

13 Debêntures

A composição das debêntures emitidas pela Companhia é como segue:

<u>Juros - curto prazo</u>	<u>Principal - curto prazo</u>	<u>Principal - longo prazo</u>	<u>Saldo total em 31/12/2025</u>
15.784	49.459	419.283	484.526

A movimentação das debêntures emitidas pela Companhia é como segue:

<u>Instituição financeira</u>	<u>1ª emissão</u>	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>566.224</u>	
Juros e variação monetária	66.421	
Custo de transação	364	
Pagamentos principal	(51.959)	
Pagamentos juros	(57.653)	
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>523.397</u>	
Juros e variação monetária	58.763	
Pagamentos principal	(54.597)	
Pagamentos juros	(43.402)	
Custo de transação	365	
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<u>484.526</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Classificado como:		
Circulante	65.243	60.612
Não Circulante	419.283	462.785

Em 27 de julho de 2018, a Argo I realizou a primeira emissão de debêntures, de distribuição pública com esforços restritos ("ICVM 476") de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie de garantia real, com garantia adicional fidejussória, sem cláusula de repactuação, em série única no montante total de R\$ 454.500, com vencimento em dezembro de 2031 e taxa de remuneração de IPCA + 7,0176% a.a., destinadas à implantação das instalações de energia elétrica da Companhia.

<u>Instituição financeira</u>	<u>Data da captação</u>	<u>Tipo de garantia</u>	<u>Indexador ou juros</u>	<u>Spread (a.a.)</u>	<u>Data próximo pgto juros</u>	<u>Frequência pgto juros</u>	<u>Data próxima amortização</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Frequência amortização</u>	<u>Sistemática amortização</u>
Debêntures - 1ª emissão	01/09/2018	Fiança	CDI	7,02%	15/04/2025	Semestral	15/04/2025	15/12/1931	Semestral	Price

Vencimento das parcelas

Em 31 de dezembro de 2025, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	<u>31/12/2025</u>
2027	21.387
2028	71.695
2029	79.661
2030 em diante	<u>246.540</u>
Total	<u>419.283</u>

Garantias

Garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Companhia.
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.
- Conta reserva do serviço da dívida, preenchida com recursos no valor equivalente a uma parcela do valor da prestação semestral de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas com índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A Companhia possui a seguinte cláusula:

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, a verificação é realizada a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,20 (um inteiro e dois décimos).

A Companhia também possui cláusulas restritivas não-financeiras tais como *compliance* com leis trabalhistas, ambientais e regulatórias.

A Companhia realiza o acompanhamento das cláusulas restritivas previstas no contrato de debêntures e atendeu aos dispositivos contratuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

13.1 Dívida líquida

	Nota	Juros de curto prazo	Principal de curto prazo	Custo transação a amortizar CP	Principal e juros de LP	Custo transação a amortizar LP	31/12/2025	31/12/2024
Dívida bruta								
Empréstimos e Financiamentos	12	5.901	114.560	(10.571)	1.580.209	(94.259)	1.595.840	1.646.182
Debêntures	13	15.784	49.824	(365)	421.106	(1.823)	484.526	523.397
Ativos financeiros								
Caixa e equivalente de caixa	6	-	101.185	-	-	-	101.185	20.581
Fundo vinculado - caixa restrito	7	-	-	-	127.136	-	127.136	132.086
Títulos e valores mobiliários	7	-	10.801	-	-	-	10.801	36.422
Dívida líquida		21.685	52.398	(10.936)	1.874.179	(96.082)	1.841.244	1.980.490

14 Outros passivos

	31/12/2025	31/12/2024
Outros passivos	3.080	1.805
Valores não arrecadados – REN n ^o 1.031/2022	25.306	19.507
Multa rescisória (CUST) *	17.646	9.960
Total	46.032	31.272
Circulante	43.185	29.861
Não circulante	2.847	1.411

(*) Os consumidores livres e agentes do setor que não cumprem com determinadas obrigações contratuais com a ANEEL, são penalizados com o rompimento do contrato (CUST), e consequente aplicação de uma multa contratual de 36 meses de EUST, que são enviadas para cobrança pela Companhia e futuro repasse via parcela de ajuste para ANEEL.

15 Contingências

A Companhia é parte em demandas de natureza trabalhista, cível, tributária e/ou outras em andamento na esfera administrativa e/ou judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia na opinião de seus assessores jurídicos externos, possui processos judiciais com probabilidade de perda provável, nos quais a Companhia figura como ré, cujo montante é de R\$ 667 (R\$ 252 em 31 de dezembro de 2024).

15.1 Contingências possíveis

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus assessores jurídicos externos, acreditam que as chances de perda são possíveis e, por este motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. As reclamações relacionadas e perdas possíveis perfazem o montante de R\$ 8.658, dos quais R\$ 1.008 são de natureza administrativo, R\$ 6.954 são de natureza trabalhista e R\$ 1 são de natureza cível (R\$ 13.093 em 31 de dezembro de 2024).

16 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de ativo com partes relacionadas no montante de R\$ 3.949 (R\$ 4.921 em 31 de dezembro de 2024), representa as despesas incorridas a serem pagas as empresas do grupo.

Parte relacionada	Vigência	31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Resultado	Resultado
Contrato de compartilhamento de infraestrutura e serviços corporativos							
Argo Energia	31/07/2029	59	-	68	-	299	208
Argeb Energia	31/07/2029	55	-	68	-	233	208
Argo II	31/07/2029	155	-	129	-	2.040	1.925
Argo III	31/07/2029	310	-	184	-	3.725	3.491
Argo IV	31/07/2029	255	2	285	-	3.355	2.856
Argo V	31/07/2029	532	-	640	-	5.973	3.643
Argo VI	31/07/2029	320	-	507	-	3.868	3.271
Transmissora José Maria Macedo (Argo VII)	31/07/2029	1.234	-	1.121	-	4.261	9.533
Giovanni Sanguinetti (Argo VIII)	31/07/2029	487	-	803	-	6.060	5.592
Argo IX	31/07/2029	542	-	1.116	-	6.321	6.321
Dividendos							
Argo Energia		-	3.185	-	3.317	-	-
		3.949	3.187	4.921	3.317	36.135	37.048

16.1 Remuneração da Administração

Em 31 de dezembro de 2025, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R\$ 10.903 (R\$ 8.370 em 31 de dezembro de 2024), respectivamente, sendo salários e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica "Pessoal e administradores" e refere-se a uma administração comum, na qual a remuneração é registrada e paga pela Argo Transmissora de Energia S.A. A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Benefícios de curto prazo a empregados:		
Salários e honorários	3.590	3.226
Encargos sociais	2.323	1.389
Bônus	4.990	3.755
Total	10.903	8.370

17 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social da Companhia, totalmente subscrito é de R\$ 500.000 com 500.000.000 ações ordinárias, todas nominativas, em escrituras e sem valor nominal, com o montante integralizado de R\$ 499.811.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

Acionistas	31/12/2025		31/12/2024	
	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A.	500.000.000	100,00	500.000.000	100,00

17.1 Reservas de lucros

17.1.1 Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não constituiu reserva legal, por já ter atingido o limite de 20% do capital social.

17.1.2 Incentivos fiscais

Conforme laudo constitutivo nº 0052/2020 de reconhecimento do direito ao benefício à redução do IRPJ emitido em 14 de setembro de 2020 foi garantido à Argo Transmissão de Energia S.A. pelo Diretor de Gestão de Fundos e Incentivos e de Atração de Investimentos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o direito do benefício de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O período de fruição ao direito do benefício fiscal é de 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2029.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constitui reserva de Incentivos Fiscais de R\$ 56.512.(R\$ 56.367 em 31 de dezembro de 2024).

17.1.3 Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia destinou R\$ 208.452 (R\$328.362 em 31 de dezembro de 2024) para constituição de reserva de retenção de lucros com o objetivo de preservar os investimentos futuros para conclusão reforços e melhorias de acordo com o orçamento de capital e planejamento estratégico da Companhia.

17.2 Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A companhia poderá, a critério da administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei. 9.249/95.

Em abril de 2025, foi aprovada a proposta de dividendos adicionais e intermediários no montante de R\$ 163.876.

Em outubro de 2025, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$ 6.507 o montante em sua totalidade foi pago ainda durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Em dezembro de 2025, a Companhia distribuiu R\$ 3.185 a título de dividendos mínimos obrigatórios.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	Saldo em 31/12/2024	Constituição	Pagamento	Saldo em 31/12/2025
Dividendos a pagar	3.317	173.569	(173.701)	3.185
Total	3.317	173.569	(173.701)	3.185

18 Receita líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Uso de rede elétrica de transmissão faturado	704.370	662.181
Receita bruta	704.370	662.181
(-) Abatimentos		
(-) PIS e COFINS sobre faturamento	(60.602)	(55.523)
(-) Encargos regulatórios	(8.791)	(8.318)
Receita líquida	634.977	598.340

19 Custos por natureza

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
	Atividades de transmissão	
Custo gerenciáveis - Parcela "B"		
Pessoal e administradores	(32.673)	(28.975)
Materiais	(468)	(1.079)
Serviços de terceiros	(22.655)	(17.456)
Arrendamentos e aluguéis	(801)	(890)
Depreciação e amortização	(67.918)	(65.128)
Seguros	(604)	(563)
Tributos	(224)	(166)
Provisão para contingência	(610)	(387)
Outros gastos operacionais	(1.254)	(829)
Total	<u>(127.207)</u>	<u>(115.473)</u>

19.1 Pessoal e administradores

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Pessoal	29.990	26.755
Remuneração	14.810	16.268
Encargos	5.405	4.840
Previdência privada	-	410
Despesas rescisórias	779	1.425
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	2.973	(405)
Outros benefícios	6.023	4.217
Administradores	2.683	2.220
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	1.486	2.220
Benefícios dos administradores	1.197	-
Total	<u>32.673</u>	<u>28.975</u>

20 Resultado financeiro

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas financeiras:		
Receitas de aplicações financeiras	32.541	31.850
(-) PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(1.514)	(1.488)
Outras receitas financeiras	1.020	587
Total	<u>32.047</u>	<u>30.949</u>
Despesas financeiras:		
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(170)	(94)
Juros e variação monetária	(246.530)	(231.778)
Outras despesas financeiras	(12.682)	(13.210)
Total	<u>(259.382)</u>	<u>(245.082)</u>
Resultado financeiro	<u>(227.335)</u>	<u>(214.133)</u>

21 Imposto de renda e contribuição social

21.1 Reconciliação da alíquota efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecida em resultado é demonstrada como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	281.292	269.448
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	(95.639)	(91.612)
Incentivos fiscais (*)	56.511	56.092
Adições e exclusões permanentes	18.917	15.641
(+) Outros	111	97
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos	-	(5.165)
Constituição de IRPJ e CSLL corrente	(20.101)	(14.617)
Alíquota efetiva	7%	7%

(*)Devido ao fato de sua linha de transmissão estar situada na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, a Companhia possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a atividade de transmissão de energia, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido.

Para fins regulatórios todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso o IRPJ e CSLL diferidos.

21.2 Movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>Ativo (a)</u>	<u>Passivo (b)</u>	<u>Líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2023	59.505	-	59.505
Constituição de benefício fiscal sobre prejuízo fiscal	(5.165)	-	(5.165)
Compensação do prejuízo fiscal	5	-	5
Saldos em 31 de dezembro de 2024	54.345	-	54.345
Constituição de benefício fiscal sobre prejuízo fiscal	-	-	-
Compensação do prejuízo fiscal	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	54.345	-	54.345

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos originam-se dos prejuízos fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do contrato de concessão.

22 Instrumentos financeiros

22.1 Hierarquia do valor justo

	Nota	Hierarquia	Valor Justo		Valor Contábil	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros:						
Valor justo por meio do resultado:						
Conta corrente bancária equivalentes de caixa	6	2	101.185	20.581	101.185	20.581
Títulos e valores mobiliários	7	2	10.801	36.422	10.801	36.422
Fundos vinculados – caixa restrito	7	2	127.136	132.086	127.136	132.086
Total			239.122	189.089	239.122	189.089
Custo amortizado:						
Concessionárias e permissionárias	8		94.727	82.608	94.727	82.608
Partes relacionadas			3.949	4.921	3.949	4.921
Outros ativos			15.521	13.807	15.521	13.807
Total Ativo			114.197	101.336	114.197	101.336
Passivos financeiros:						
Custo amortizado:						
Fornecedores			9.996	2.434	9.996	2.434
Empréstimos e financiamentos	12		1.595.840	1.646.182	1.595.840	1.646.182
Debêntures	13		486.713	523.397	484.526	523.397
Partes relacionadas	16		2	-	2	-
Dividendos a pagar	16		3.185	3.317	3.185	3.317
Outros passivos			43.185	26.562	43.185	26.562
Total Passivo			2.138.921	2.346.751	2.136.734	2.270.558

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se conforme anteriormente apresentado, e de acordo com a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico:

- **Nível 1** - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações contábeis regulatórias. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- **Nível 2** - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- **Nível 3** - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

22.1.1 Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo

Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis regulatórias.

Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo

ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis regulatórias.

Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias.

Financiamentos e debêntures: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo diminuídos de quaisquer custos de transação atribuíveis. No caso das debêntures é mensurado com base na cotação de mercado do próprio instrumento.

22.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

22.2.1 Risco de Crédito

Salvo pelas contas a receber e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

Em 31 de dezembro de 2025, a exposição máxima do risco de crédito do contas a receber de clientes é de R\$ 94.727 (R\$ 82.608 em 31 de dezembro de 2024).

22.2.2 Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

22.2.3 Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia não pactuara contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional,

sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia está relacionado às taxas de juros.

A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; (ii) títulos e valores mobiliários; (iii) empréstimos e financiamentos; e (iv) debêntures.

22.2.4 Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Em 31 de dezembro de 2025, os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa descontados contratados:

	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Fornecedores	9.996	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	109.890	120.461	124.527	1.240.962
Debêntures	65.243	21.387	71.695	326.201
Total	185.129	141.848	196.222	1.567.163

22.3 Análise de sensibilidade

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia está exposta na data-base 31 de dezembro de 2025, foram definidos três cenários diferentes:

O cenário I (provável) considera o cenário esperado para os próximos 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2025, tendo como base as taxas de juros futuras observadas na data-base das demonstrações contábeis regulatórias, disponíveis no website da BM&F Bovespa (CDI), Boletim Focus (IPCA) e a manutenção da TJLP. Para os riscos de variação do CDI que é base para atualização de parte substancial das aplicações financeiras, de acordo com taxas referenciais de mercado projetadas para os próximos 12 meses é de 12,15% ao ano, para o IPCA, é de 4,06% e a TJLP para remuneração da dívida, cuja posição em 31 de dezembro de 2025 é de 8,05% ao ano.

Os cenários II e III consideram os rendimentos auferidos caso haja uma depreciação de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

O resumo dos diferentes cenários é demonstrado abaixo:

Operação	Risco	Total	Cenário		
			I	II	III
Caixa e equivalentes	Redução do CDI	101.185	12.294	9.221	6.147
Títulos e valores mobiliários	Redução do CDI	10.801	1.312	984	656
Fundos vinculados – caixa restritos	Redução do CDI	127.136	15.447	11.585	7.724
Total		239.122	29.053	21.790	14.527
Empréstimos e financiamentos	Aumento da TJLP	1.595.840	128.465	96.349	64.233
Debêntures	Aumento do IPCA	486.713	19.761	14.821	9.881
Total		2.082.553	148.226	111.170	74.114

23 Seguros

Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura de seguros é como segue:

Tipo	Seguradora	Valor segurado	Vigência
Seguros - Riscos operacionais	Fator Seguradora S/A	200.000	07/09/2026
Seguros - Responsabilidade civil	Chubb	50.000	07/09/2026
Seguros – Equipamentos	Essor	1.783	02/08/2026
Seguros – Frotas	Sompo	Fipe	31/05/2026

As premissas de risco adotadas para a contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis regulatórias e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes.

24 Conciliação das demonstrações contábeis societárias e demonstrações contábeis regulatórias

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras societárias e as práticas contábeis adotadas nas demonstrações contábeis regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas duas demonstrações em questão. A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

24.1 Balanço Patrimonial Societário e Regulatório

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou a seguinte operação não envolvendo caixa, portanto, esta não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa:

ATIVO	31/12/2025			31/12/2024		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	101.185	-	101.185	20.581	-	20.581
Títulos e valores mobiliários	10.801	-	10.801	36.422	-	36.422
Concessionárias e permissionárias	64.319	-	64.319	82.608	-	82.608
Partes relacionadas	3.949	-	3.949	4.921	-	4.921
Imposto de renda e contribuição social a compensar	6.010	-	6.010	5.919	-	5.919
Outros tributos a compensar	573	-	573	554	-	554
Outros ativos	19.109	(3.588)	15.521	11.454	-	11.454
Ativo da concessão	623.698	(623.698)	-	700.204	(700.204)	-
Total do ativo circulante	829.644	(627.286)	202.358	862.663	(700.204)	162.459
NÃO CIRCULANTE						
Ativo da concessão	5.116.337	(5.116.337)	-	4.887.771	(4.887.771)	-
Concessionárias e permissionárias	30.408	-	30.408	-	-	-
Fundos Vinculados - Caixa restrito	127.136	-	127.136	132.086	-	132.086
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	54.345	54.345	-	54.345	54.345
Almoxarifado	-	12.793	12.793	-	-	-
Outros ativos	12.009	(11.728)	281	6.337	-	6.337
Imobilizado	18.494	1.828.087	1.846.581	16.205	1.889.446	1.905.651
Intangível	5.139	20.443	25.582	4.058	19.682	23.740
Total do ativo não circulante	5.309.523	(3.212.397)	2.097.126	5.046.457	(2.924.298)	2.122.159
TOTAL DO ATIVO	6.139.167	(3.839.683)	2.299.484	5.909.120	(3.624.502)	2.284.618

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2025			31/12/2024		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
CIRCULANTE						
Fornecedores	9.996	-	9.996	6.315	-	6.315
Encargos sociais e trabalhistas	19.826	-	19.826	17.661	-	17.661
Obrigações tributárias	11.499	-	11.499	10.799	-	10.799
Obrigações regulatórias	5.910	-	5.910	8.966	-	8.966
Empréstimos e financiamentos	109.890	-	109.890	98.316	-	98.316
Debêntures	65.243	-	65.243	60.612	-	60.612
PIS e COFINS diferidos	67.865	(67.865)	-	64.769	(64.769)	-
Dividendos a pagar	3.185	-	3.185	3.317	-	3.317
Partes relacionadas	2	-	2	-	-	-
Provisões	1.037	-	1.037	338	-	338
Outros passivos	43.185	-	43.185	29.861	-	29.861
Total do passivo circulante	337.638	(67.865)	269.773	300.954	(64.769)	236.185
NÃO CIRCULANTE						
Empréstimos e financiamentos	1.485.950	-	1.485.950	1.547.866	-	1.547.866
Debêntures	419.283	-	419.283	462.785	-	462.785
Contingências	667	-	667	252	-	252
Provisões	4.178	-	4.178	6.955	-	6.955
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.192.790	(1.192.790)	-	1.105.629	(1.105.629)	-
PIS e COFINS diferidos	463.088	(463.088)	-	451.936	(451.936)	-
Outros passivos LP	2.847	-	2.847	1.411	-	1.411
Total do passivo não circulante	3.568.803	(1.655.878)	1.912.925	3.576.834	(1.557.565)	2.019.269
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	499.811	-	499.811	499.811	-	499.811
Reservas de lucros	1.593.442	-	1.593.442	1.498.862	-	1.498.862
Prejuízos acumulados	-	(2.115.940)	(2.115.940)	-	(2.002.168)	(2.002.168)
Dividendos adicionais propostos	139.473	-	139.473	32.659	-	32.659
Total do patrimônio líquido	2.232.726	(2.115.940)	116.786	2.031.332	(2.002.168)	29.164
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.139.167	(3.839.683)	2.299.484	5.909.120	(3.624.502)	2.284.618

24.2 Demonstrações do Resultado Societário e Regulatório

	31/12/2025			31/12/2024		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Operações em continuidade						
Receitas						
Disponibilização do sistema de transmissão	-	704.370	704.370	-	662.181	662.181
Receita de construção	-	-	-	12.441	(12.441)	-
Receita de remuneração do ativo de contrato	752.214	(752.214)	-	758.030	(758.030)	-
Receita de operação e manutenção	109.823	(109.823)	-	104.957	(104.957)	-
Outras receitas e outras deduções	(5.607)	5.607	-	(14.256)	14.256	-
Tributos						
(-) PIS/COFINS Diferidos	(14.248)	14.248	-	(18.224)	18.224	-
(-) PIS/COFINS sobre faturamento	(60.602)	-	(60.602)	(55.523)	-	(55.523)
Encargos – Parcela "A"						
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - P&D.	(2.540)	-	(2.540)	(2.392)	-	(2.392)
F.N.D.C.T.	(2.540)	-	(2.540)	(2.393)	-	(2.393)
M.M.E..	(1.270)	-	(1.270)	(1.197)	-	(1.197)
TFSEE.	(2.441)	-	(2.441)	(2.336)	-	(2.336)
RECEITA LÍQUIDA	772.789	(137.812)	634.977	779.107	(180.767)	598.340

	31/12/2025			31/12/2024		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Resultado antes dos custos gerenciáveis	772.789	(137.812)	634.977	779.107	(180.767)	598.340
Custos gerenciáveis – Parcela “B”						
Custo de construção	-	-	-	(10.236)	10.236	-
Serviços de terceiros	(24.850)	2.195	(22.655)	(17.456)	-	(17.456)
Materiais	(468)	-	(468)	(1.079)	-	(1.079)
Seguros	(604)	-	(604)	(563)	-	(563)
Arrendamento e aluguéis	(801)	-	(801)	(890)	-	(890)
Pessoal	(32.673)	-	(32.673)	(28.975)	-	(28.975)
Tributos	(224)	-	(224)	(166)	-	(166)
Provisão para contingência	(610)	-	(610)	(387)	-	(387)
Depreciação e Amortização	(3.249)	(64.669)	(67.918)	(2.414)	(62.714)	(65.128)
Outros gastos operacionais	(1.185)	(69)	(1.254)	(873)	44	(829)
Outras receitas operacionais	1.436	(579)	857	714	-	714
RESULTADO DA ATIVIDADE	709.561	(200.934)	508.627	716.782	(233.201)	483.581
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	32.047	-	32.047	30.949	-	30.949
Despesas financeiras	(259.382)	-	(259.382)	(245.082)	-	(245.082)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	482.226	(200.934)	281.292	502.649	(233.201)	269.448
Despesas com impostos sobre os lucros						
Imposto de renda e Contribuição Social corrente	(20.101)	-	(20.101)	(14.617)	-	(14.617)
Imposto de renda e Contribuição Social diferido	(87.162)	87.162	-	(99.986)	94.821	(5.165)
Resultado líquido das operações em continuidade	374.963	(113.772)	261.191	388.046	(138.380)	249.666

24.3 A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a Contabilidade Societária e Regulatória:

24.3.1 Ativo da concessão, imobilizado e intangível

Os ajustes apresentados são decorrentes da aplicação, no âmbito societário, do ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão, mas que para fins de Contabilidade Regulatória tais práticas não foram adotadas. A aplicação da ICPC 01 (R1) resultou no registro de um ativo contratual (Ativos da Concessão) enquanto, para fins regulatórios, tais montantes são registrados como Ativo Imobilizado e Intangível.

No âmbito societário:

Ativos da concessão: Inclui os valores a receber referentes aos serviços de implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto vigente quando da formalização do contrato de concessão, conforme CPC 47.

No âmbito regulatório:

Imobilizado e intangível: Os efeitos da aplicação da ICPC 01 não são reconhecidos pela ANEEL e, conseqüentemente, não integram à Contabilidade Regulatória. Dessa forma, os bens vinculados à concessão, adquiridos de terceiros ou gerados internamente, são classificados como Imobilizado e Intangível de acordo com sua natureza e com os critérios estabelecidos no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015.

24.3.2 Imposto diferido

Conforme detalhado na nota de ajuste 24.1, os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL e PIS/COFINS diferidos.

24.3.3 Patrimônio líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

24.4 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2025	2024
Patrimônio líquido societário	2.232.726	2.031.332
Ativo de Contrato (CPC 47)	(5.740.035)	(5.587.975)
Imobilizado e intangível (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	1.848.530	1.909.128
Almoxarifado e outros ativos	(2.523)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	1.247.135	1.159.974
Tributos diferidos - PIS e COFINS (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	530.953	516.705
Patrimônio líquido regulatório	116.786	29.164

24.4.1 Receita de Construção

Conforme detalhado na nota de ajuste 24.2, no âmbito societário é reconhecida uma receita de construção como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos. A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.

24.4.2 Receita de Remuneração do Ativo de Concessão

Conforme detalhado na nota de ajuste 24.2, refere-se à remuneração dos Ativos da concessão existentes na contabilidade societária no âmbito da adoção da ICPC 01 (R1).

24.4.3 Receita de Operação e Manutenção

Conforme detalhado na nota de ajuste 24.2, no âmbito societário refere-se a receita de O&M calculada com base nos montantes de custos previstos no contrato de concessão, acrescidos de margem.

24.4.4 Custos operacionais

Conforme detalhado na nota de ajuste 24.2, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo o custo de construção, registrados no resultado no grupo de "Custos operacionais".

24.4.5 Depreciação e amortização

Conforme detalhado na nota de ajuste 24.2, no âmbito societário, devido a adoção do ICPC 01, o reconhecimento dos ativos vinculados à concessão está registrado na rubrica de "Ativos da concessão", mensurados como ativos contratuais. No âmbito regulatório, os ativos vinculados à concessão são registrados como Imobilizado e Intangível resultando, conseqüentemente, em despesas com depreciação/amortização.

24.4.6 Lucro (Prejuízo) do exercício

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios decorre do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

24.5 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2025	2024
Lucro líquido societário	374.963	388.046
Receita bruta (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	(152.060)	(198.991)
Tributos e encargos - PIS e COFINS (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	14.248	18.224
Custo de construção e operacionais (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	1.547	10.280
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (ICPC 01 (R1) e CPC 47)	87.162	94.821
Depreciação regulatória	(64.669)	(62.714)
Lucro líquido regulatório	261.191	249.666

André Augusto Telles Moreira
Diretor Presidente

Simone Borsato
Diretora Financeira e de Relação com Investidores

Bruno Felizardo Felipe
Coordenador Contábil
CRC RJ-115531/O



argo